

Mineração da Braskem em Maceió

A partir dos anos 1940, a Petrobrás prospectou petróleo na região sul de Maceió, mas acabou encontrando sal gema. Na década de 1970, instala-se em Maceió a empresa Salgema Indústrias Químicas S.A. (atual Braskem). A localização da empresa, na zona sul da cidade de Maceió, fica entre o mar e a Lagoa de Mundaú, um santuário ecológico. À época, houve protestos e reivindicações por parte de geólogos e engenheiros de minas alertando para os impactos da mineração naquele local.

Ao longo dos anos, muitos foram os novos chamados para o problema. Mas a extração seguiu. E tornou-se cada vez mais ampla, desrespeitando limites para os tamanhos das minas.

Em fevereiro de 2018, Maceió é afetada por enchentes. Além de enxurradas, algumas casas passam a sofrer com rachaduras. Em 3 de março do mesmo ano, um tremor de terra assusta a população e danifica muitas construções. No Pinheiro, um tradicional bairro da capital alagoana, além dos tremores surgiram rachaduras nos imóveis, fendas nas ruas, afundamentos de solo e crateras que se abriram sem aparente motivo. Os moradores do bairro relataram que após um forte temporal, em fevereiro daquele mesmo ano, danos estruturais no bairro – que já eram frequentes – começaram a se agravar, culminando no tremor sentido semanas depois. Naquele momento surgiram as hipóteses de que haveria uma acomodação do solo, bem como, de que a antiga estrutura de esgotamento sanitário poderia ser a causa dos danos na superfície.

Ainda em 2018, foram identificados danos semelhantes em imóveis e ruas do bairro do Mutange, localizado abaixo do Pinheiro e à margem da Lagoa Mundaú; e no bairro do Bebedouro vizinho aos outros dois. Em junho de 2019, moradores do bairro do Bom Parto (vizinho ao Mutange, também à margem da lagoa) relataram danos graves em imóveis.

Com o intuito de encontrar as razões para o fenômeno, o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) deu início a estudos no solo dos locais atingidos e à medida que as pesquisas avançavam, os cientistas constataavam a complexidade do caso, ao mesmo tempo em que descartavam a possibilidade de um fenômeno naturalmente geológico.

Um ano após o primeiro tremor de terra, e com base na realização de diversos estudos, análises e com envolvimento direto de 52 pesquisadores, o SGB/CPRM apresentou, em audiência pública, estudos conclusivos que apontaram a extração mineral de sal-gema, pela empresa petroquímica Braskem, como a responsável pelos danos. Na ocasião, o fenômeno foi classificado como subsidência, ou seja, um rebaixamento da superfície do terreno devido às alterações ocorridas no suporte subterrâneo.

Todo o processo foi acompanhado pela Defesa Civil Municipal e, após intervenção do MPF, também pela Defesa Civil Nacional. Estes entes, em consonância com o SGB/CPRM, vistoriaram os imóveis e apontaram aqueles que, pela gravidade dos danos, precisavam ser desocupados com urgência. Inicialmente, a área de quebramento, que fica no bairro do Pinheiro. E, em sequência, o Mutange, começando pela barreira ocupada.

Desde então, mais de 55 mil pessoas residentes nos bairros afetados tiveram que deixar suas casas e comércios. Escolas, postos de saúde e outros aparelhos do espaço também foram afetados.

Além disso, foram afetadas a vida social e as atividades econômicas da população que vivia nos arredores da Braskem, gerando também problemas emocionais em muitos deles. Hoje em dia, os bairros afetados estão abandonados. Pessoas foram removidas de suas casas, de sua vida.

O Projeto Ruptura reuniu profissionais da fotografia para registrar os danos aos bairros afetados pela mineração da Braskem. O fotógrafo Jorge Vieira publicou imagem de protesto escrito em um muro de um dos moradores expulsos da própria casa: “O que vale é os lucros”. Para Vieira, são “cinco anos de impunidade do maior crime socioambiental urbano do planeta Terra”, diante do que classifica como “mineração da inescrupulosa Braskem/Odebrecht, com a conivência do Estado”. “Nós não vamos nos calar!”, conclui o fotógrafo.

O deputado federal Alfredo Gaspar (União-AL), que propôs a lei para bloquear lucros de empresas que causem tragédias no Brasil, protestou contra o fato de, mesmo após cinco anos, milhares de maceioenses ainda seguirem sofrendo “consequências devastadoras da ação gananciosa da Braskem”.

A Braskem tem comprado os imóveis, mas não ofereceu indenização às pessoas afetadas. Apenas neste ano de 2023, foi assinado acordo assinado entre Prefeitura de Maceió e a Braskem determinando que a empresa indenize o Município em R\$ 1,7 bilhão pelo afundamento do solo provocado por décadas de mineração na capital alagoana. A Prefeitura disse que vai usar o dinheiro da indenização para investir em obras na cidade, além de criar um "fundo de amparo" para auxiliar moradores dos bairros afundados.

Baseado no caso da Braskem, discuta com seu grupo:

Aspectos didático-pedagógicos:

- 1) O caso relatado é uma questão sociocientífica (QSC)? Por quê?
- 2) O que há de social no caso?
- 3) O que há de científico no caso?
- 4) Qual a relevância da abordagem dessa questão em sala de aula?
- 5) O que pode ser aprendido com o estudo desse caso?

Aspectos epistemológicos e didáticos:

- 1) Existem contribuições que a ciência traz ou pode trazer para explicar ou entender o problema? Quais?
- 2) Quais características da ciência (de questões internas da prática científica ao seu papel social) podem ser destacadas neste problema?
- 3) Em qual medida os aspectos científicos se conectam com aspectos sociais, políticos e culturais que circundam o problema?

Fontes:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/07/22/tremor-rachaduras-e-cavernas-subterraneas-os-bairros-afundados-de-maceio-pela-mineracao-da-braskem.ghtml>

<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro/arquivos/entenda-o-caso>

<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/alagoas/csa-alagoas/cinco-anos-apos-tremores-maceio-te-m-bairros-arrasados-pela-braskem>